

## Resenha:

ARRUTI, José Maurício. *Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola*. Bauru, SP: Edusc, 2006.

Vanessa Santos do Canto<sup>1</sup>

O ano de 1988 representa um importante marco na história política e social do Brasil, pois neste momento ocorreu a promulgação de um novo texto constitucional que ao mesmo tempo em que procura romper com o período ditatorial pós-64, eleva à categoria de *sujeitos de direitos* grupos secularmente marginalizados durante o processo de formação da “nação brasileira”. Ocorre, ainda, a efervescência de um movimento de revisão da história da escravidão e da abolição devido ao centenário da Lei Áurea, “*trazendo as relações raciais e as condições sociais do negro brasileiro para a pauta dos debates públicos como nunca antes havia acontecido*” (p.28).

Assim, destaca-se como resultado das lutas empreendidas pelos movimentos sociais de corte étnico/racial negro, o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que assim dispõe: “*aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos*”. Ressalte-se que este artigo pode ser compreendido como “*uma manifestação, no plano do ordenamento jurídico nacional brasileiro, do movimento de adoção do que tem sido denominado genericamente como ‘direitos étnicos’ pelos ordenamentos jurídicos nacionais latino-americanos*” (p.65).

Nesse contexto, o livro *Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola*, de José Maurício Arruti se insere no debate proveniente dessa normatização de demandas sociais e representa importante contribuição para a

---

<sup>1</sup> Mestranda em Serviço Social da Puc-Rio. Contato: [nscanto@yahoo.com.br](mailto:nscanto@yahoo.com.br).

implementação de um direito que traz inúmeras implicações no plano das relações estabelecidas entre o Estado e a sociedade, pois reflete sobre a formação de uma identidade étnica que permaneceu diluída nos conceitos de povo e de Estado-nação. O autor é historiador por formação, doutor em Antropologia Social, pesquisador vinculado ao Centro Brasileiro de Antropologia (Cebap) e coordenador da ONG Koinonia que se dedica à pesquisa e mapeamento dos territórios quilombolas, além de ter publicado diversos artigos relacionados à etnologia e história. Nesta obra, aplica a experiência acumulada durante sua pesquisa etnológica acerca dos índios *Pankararu* para estabelecer um diálogo entre o processo de reconhecimento da comunidade do Mocambo e a luta pela *reconquista* da terra de seus vizinhos indígenas *Xocós*, a fim de possibilitar um melhor entendimento dos conflitos emergentes da construção e aceitação de uma nova identidade coletiva.

A estrutura do livro é dividida em quatro partes e remete às etapas de elaboração de um laudo antropológico, no qual utiliza primordialmente a teoria da etnicidade para desvelar o significado de cada um dos termos que compõem o texto do art. 68 do ADCT e suas implicações para o reconhecimento do Mocambo como remanescente de quilombos. Na primeira parte, apresenta o processo de nomeação como um movimento de instituição de uma categoria jurídico-administrativa que, ao abarcar uma coletividade heterogênea, a eleva a categoria de sujeito de direitos e de deveres coletivos. Na segunda parte, expõe o processo de identificação como uma etapa que envolve a tomada de consciência de um pertencimento identitário coletivo. A terceira parte é dedicada ao processo de reconhecimento desse grupo como portador de direitos a partir da constatação realizada pelos órgãos estatais e, finalmente, aborda o processo de territorialização que envolve o movimento de reorganização política, social e cultural dessa coletividade, bem como a delimitação e fixação de um espaço por meio de mecanismos jurídico-administrativos.

A obra possui o mérito de apresentar um método que busca conciliar o *saber* e o *fazer* antropológico com outras disciplinas como a História e o Direito, a fim de interpretar a noção de “remanescentes de quilombos”, bem como para revisar o conceito de “quilombo histórico”. Põe em xeque certos modelos e concepções decorrentes de análises que não levam em consideração as ideologias que permeiam os processos classificatórios de índios e negros, e a extrema fluidez das linhas que determinam as “qualidades” étnico/raciais dos sujeitos classificados. É nessa tarefa de desbravador do “poder simbólico de nomeação depositado no Estado” (p. 121), que o

autor descobre um *ethos do silêncio* que significa menos esquecimento do que estratégia de sobrevivência, um modo de “gerir a violência” que marca a história de expropriação desse grupo que de um momento para outro se torna sujeito de direitos. Esse *ethos* mistifica certas vivências, transformando-as em tabus que dificultam o resgate e/ ou (re)construção de uma identidade afro-descendente que se sobreponha para além dos limites impostos pelas mediações seletivas praticadas pelo Estado, que durante tanto tempo mantiveram o reconhecimento de uma identidade étnica no nível da cultura, relegando a um segundo plano a dimensão política de um grupo que deseja ser reconhecido em toda a sua amplitude e heterogeneidade.

A obra também nos chama a atenção para as relações de poder que emergem de um processo de nomeação que estabelece parâmetros de institucionalização dos movimentos sociais a fim de terem suas demandas reconhecidas. Nesse processo, laços de solidariedade são rompidos e ocorre a fragmentação dos movimentos que passam a pleitear para si o monopólio da legitimidade de representação do grupo na esfera pública. Esse é um ponto que não pode ser desconsiderado, visto que é a partir da conflituosidade do grupo que se intensifica a ação política e a sociedade é convocada a debater temas que atingem seus interesses como um todo.

Assim, *Mocambo* nos leva a refletir acerca do papel do Estado e de suas mediações com os movimentos sociais que lutam pelo reconhecimento dos “direitos étnicos”, bem como para sua efetividade, apontando-nos alguns elementos pouco explorados no debate acadêmico e que podem nortear certos avanços na luta pelo reconhecimento de uma identidade afro-descendente positiva que não seja subsumida por mediações seletivas, mas que possa de fato atender às clivagens existentes dentro desse grupo por tanto tempo ignorado.